

PROCESSO Nº 087/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2023

TIPO DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO UNITÁRIO

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA M.E./E.P.P./M.E.I.

ESPECIFICAÇÕES

O Município de Antônio Carlos/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 18.094.763/0001-04, estabelecido na Rua João Amorim nº 160, Centro, CEP 36.220-000, torna público que se acha aberta a presente licitação para o objeto informado na cláusula 1, cuja direção e julgamento serão realizados pelo Pregoeiro designado pelo Prefeito Municipal através da Portaria nº 015/2021, na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme descrito neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002 e Lei 8.666/93 e suas modificações, em conformidade com os preceitos das Leis Complementares n°s 123/2006 e 147/2014 e as condições deste instrumento convocatório.

Conforme as Leis Complementares n°s 123/2006 e 147/2014, trata-se de licitação exclusiva para empresas enquadradas naquelas condições. Todavia, na abertura da sessão, não havendo o mínimo de três empresas assim qualificadas, em conformidade com o art. 49, II, da L.C. 123/2006, será permitida a participação dos demais tipos de sociedades empresariais.

A sessão pública de julgamento será na <u>sede provisória da Prefeitura de Antônio Carlos, na Av. Henrique Diniz nº 170, Centro,</u> no **dia 11/10/2023, às 10:00 horas**, local, data e horário onde os envelopes contendo a habilitação e proposta deverão ser entregues.

1 - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o registro de preços para futuro e eventual aquisição de materiais de prevenção a incêndio, placas, extintor e luminária de emergência para serem usados e instalados em diversas instalações administrativas e operacionais da prefeitura de Antônio Carlos, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, neste edital e seus anexos.

Item	Especificação	Quant.	R\$ Unit. Máx.
01	Extintor de incêndio portátil novo com carga de pó químico, classe ABC. Pintura eletrostática a pó epoxi vermelho. Capacidade 6Kg (4A-40-BC).	60	R\$ 178,33
02	Extintor de incêndio tipo pó químico 2-A:20-B:C, capacidade 6Kg.	100	R\$ 165,00
03	Luminária de emergência autônoma, tipo led potência total de 2W.	150	R\$ 16,66
04	Placa fotoluminescente para sinalização de emergência, tipo "E5", dimensão 300x300 mm.	100	R\$ 10,66
05	Placa fotoluminescente para sinalização de emergência, tipo "M1", dimensão 400x450 mm.	100	R\$ 58,33
06	Placa fotoluminescente para sinalização de emergência, tipo "M7", dimensão 120x240 mm.	100	R\$ 15,33
07	Placa fotoluminescente para sinalização de emergência, tipo "S12", dimensão 380x190 mm.	100	R\$ 11,66
08	Placa fotoluminescente para sinalização de emergência, tipo "S2", dimensão 380x190 mm.	100	R\$ 11,66
09	Placa fotoluminescente para sinalização de emergência, tipo "S3", dimensão 380x190 mm.	100	R\$ 11,66



10	Placa fotoluminescente para sinalização de emergência, tipo "S9", dimensão 380x190 mm.	100	R\$ 11,66
----	--	-----	-----------

1.2. A aquisição se dará conforme demanda do Município.

2 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para fazer face às despesas correrão por conta das dotações orçamentárias desta Prefeitura Municipal, consignadas no orçamento vigente, a saber:

02.002.000 04.122.0402 2.320 manutenção das atividades administrativas 02.003.001 12.361.1203 1.326 manutenção ensino fundamental 02.003.002 12.365.1201 2.162 manutenção das atividades ensino infantil 02.003.010 12.122.0402 2.324 manutenção da secretaria de educação 02.005.000 08.244.2704 2.346 manutenção do CRAS 02.008.000 13.122.0402 2.258 manutenção geral da secretaria

3 – DOS IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO

Não poderá participar desta licitação quem esteja em situação jurídica impeditiva de contratar com o Poder Público ou com a Administração, enquadradas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/1993 ou com declaração de inidoneidade.

4 - DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

- **4.1.** O licitante poderá vir representado por seu administrador ou por mandatário, limitado a uma pessoa, com poderes para praticar todos os atos relativos às etapas do pregão, principalmente para formular propostas, apresentar recursos e impugnações.
- **4.2.** Os poderes de representação deverão ser demonstrados junto ao Pregoeiro por meio de instrumento público ou particular, comprovado com a carteira de identidade do representante e o instrumento de constituição da sociedade empresária (contrato social ou estatuto), onde deverá constar os poderes à assunção de obrigações em nome da pessoa jurídica. Se o representante for sócio não detentor de poderes para isoladamente formular propostas ou praticar atos de administração, os demais sócios participantes da administração deverão postar documentos que supra a exigência. Tais comprovantes assim como a Carta Credencial devidamente assinada e deverão estar fora dos envelopes de Proposta e Documentos.
- **4.3.** A falta de clareza nos poderes para a oferta de lances implicará na impossibilidade de o licitante formulá-los, aplicando-se a regra do item seguinte. Recomenda-se, para evitar enganos, a adoção do modelo de Carta Credencial Anexo II deste edital.
- **4.4.** O licitante que não cumprir as exigências de representação não poderá formular ofertas verbais e nem interpor recursos, valendo, contudo, para todos os efeitos, os termos de sua proposta escrita, desde que obedecido o constante na legislação vigente.
- **4.5.** Os documentos necessários ao credenciamento de representante poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Notas ou por servidor designado para tal.
- **4.6.** A declaração de cumprimento das condições de habilitação (Anexo III) devidamente assinada deverá estar fora dos envelopes de proposta ou de documentos, devendo ser entregue ao Pregoeiro na abertura da sessão e servirá como pré-requisito à sua participação no certame.

5 – DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS E DE DOCUMENTAÇÃO

5.1. A proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser entregues na data e horário fixado no <u>preâmbulo</u> deste instrumento em envelopes distintos, opacos, fechados (com cola ou lacre) e com os seguintes dizeres:

ENVELOPE 01 – PROPOSTA RAZÃO SOCIAL – CNPJ À PREFEITURA DE ANTÔNIO CARLOS PROCESSO № 087/2023



PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2023

ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO RAZÃO SOCIAL - CNPJ À PREFEITURA DE ANTÔNIO CARLOS PROCESSO Nº 087/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2023

5.2. Não havendo expediente na data marcada ou outro fato superveniente que impeça a realização do certame, fica a reunião adiada para o primeiro dia útil subseqüente, conservando há mesma hora e local, se outra data ou horário não forem estabelecidos pela Administração.

6 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

- **6.1.** A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou impressa em papel timbrado da empresa/pessoa física, em única via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas. Suas folhas devem ser rubricadas e a última datada e assinada por pessoa com poderes para assumir obrigações em nome da licitante e dela deverão constar:
 - I Razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, e-mail;
- II Proposta de preços por item, expressos em moeda nacional, em algarismos e por extenso (prevalecendo esta forma em caso de discordância), limitados a duas casas após a vírgula, devendo estar inclusas todas as despesas concernentes a tributos e outras necessárias à entrega dos itens;
 - III Marca dos produtos ofertados;
 - IV Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da licitação.
- **6.2.** A apresentação das propostas implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital.
- **6.3.** Não serão aceitas propostas: alternativas, submetidas a termo, condição ou encargos ou com preços indeterminados.
- **6.4.** Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta escrita, salvo as alterações dos preços decorrentes da etapa de lances ou a correção de meros erros formais.
 - **6.5.** Poderão ser corrigidos pelo Pregoeiro erros meramente aritméticos.
- **6.6.** A falta de rubrica, data e/ou assinatura na proposta somente poderá ser suprida por representante da proponente com poderes para tal fim, que esteja presente na reunião de abertura dos envelopes.
- **6.7.** Se da proposta constar condições de execução mais vantajosas que as exigidas neste edital, elas não serão consideradas para efeito de escalonamento das ofertas, mas vincularão o proponente na execução contratual.

7 – DOS DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS

7.1. Documentos necessários à habilitação no certame, observado os incisos XIII e XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, ressalvadas ainda, as peculiaridades dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.1.1. Quanto à Pessoa Jurídica

7.1.1.1. Habilitação jurídica:

- I Registro comercial, no caso de empresa individual;
- II Documento de identificação com foto dos sócios ou do sócio administrador:
- III Ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado e com as devidas alterações, se houver em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.1.2. Regularidade fiscal:

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);



- II Certidão Negativa de Débito relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União, incluindo contribuições previdenciárias e de terceiros (novo modelo);
 - III Certidão Negativa Estadual, relativa à sede da licitante;
 - IV Certidão Negativa Municipal, relativa à sede da licitante;
- V Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS);
 - VI Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.1.4. Qualificação econômico-financeira:

I - Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de abertura dos envelopes prevista no preâmbulo deste Edital.

7.1.5. Qualificação Técnica:

- I Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente já forneceu itens inerentes ao objeto licitado de forma satisfatória e sem qualquer ocorrência que desabone a empresa.
- 7.1.6. Declarações diversas (modelo no ANEXO VI).
- **7.2.** Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia (legível) autenticada por cartório competente ou pelo Pregoeiro. Neste último caso, os originais deverão ser apresentados quando da abertura do envelope de habilitação a fim de comprovar sua autenticidade.
- **7.3.** Os artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, se referem ao acesso aos mercados das microempresas e empresas de pequeno porte.
- **7.4.** Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas desde que não possibilitem a participação e habilitação em processos licitatórios.

8 – DO PROCEDIMENTO

- **8.1.** No dia, hora e local fixados no preâmbulo deste o Pregoeiro instaurará a sessão pública destinada ao credenciamento dos representantes, ao recebimento dos envelopes de propostas de preços e de documentação e, ainda, à realização do procedimento licitatório.
- **8.2.** Inicialmente será verificado o credenciamento dos representantes, devendo o Pregoeiro motivar suas decisões quanto a esta fase, consignando-as em ata. O Pregoeiro declarará o encerramento do credenciamento, momento em que não mais serão aceitas propostas e/ou licitantes remanescentes.
- **8.3.** Após o credenciamento, serão acolhidas as declarações de cumprimento às exigências habilitatórias (modelo no Anexo III).
- **8.4.** O Pregoeiro receberá e verificará a regularidade dos envelopes trazidos pelos licitantes, observando o preenchimento dos requisitos fixados neste edital;
 - **8.5.** Recebidos os envelopes, não será permitida a desistência da proposta.
- **8.6.** Em seguida, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes das propostas de preços, a fim de verificar o cumprimento das condições formais e materiais deste Edital, devendo ser desclassificadas, as que estiverem em desacordo.
- **8.7.** As propostas de preços válidas serão ordenadas em ordem crescente de preços, e serão eleitos para participar da fase de lances o autor da proposta de preço mais baixo e os que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente ao menor preço.
- **8.8.** Se não existirem, no mínimo, três propostas escritas que atendam às condições previstas no item anterior, serão selecionadas para a fase de lances os autores das três melhores propostas, quaisquer que sejam os preços. Em caso de empate na terceira posição todas participarão da etapa de lances.
- **8.9.** Se, com os critérios acima, não for possível a obtenção do número mínimo de três proponentes, o certame transcorrerá normalmente com dois licitantes na fase de lances. Havendo o comparecimento de um único interessado ou uma só proposta admitida, o Pregoeiro dará continuidade ao procedimento sem a realização da fase de ofertas verbais,



aplicando os dispositivos deste edital relativamente à aceitabilidade da proposta, habilitação, negociação do preço ofertado e à adjudicação.

- **8.10.** A fase de lances se processará em rodadas consecutivas, nas quais os representantes dos licitantes selecionados poderão formular, sucessivamente, ofertas verbais, por meio de descontos, na oportunidade de cada um, até que se obtenha o menor preço possível para cada item.
 - 8.11. Os licitantes só poderão ofertar um lance por rodada.
- **8.12.** O primeiro lance caberá ao autor da proposta selecionada de maior preço. Em seguida os demais na ordem subsequentes.
- **8.13.** Caso duas ou mais propostas escritas apresentem valores iguais, para se estabelecer a ordem de oferta de lances, serão realizados sorteios, cujos vencedores deverão assumir os lugares subsequentes.
- **8.14.** Os lances deverão ter seus valores distintos e mais reduzidos do que os propostos anteriormente.
- **8.15.** A formulação de lances não é obrigatória. A eventual recusa do licitante em ofertar lance, quando convidado, implicará na sua exclusão da fase de lances nas rodadas posteriores. Contudo, o preço da proposta escrita ou do último lance formulado será mantido. **8.16.** Caso não aconteçam lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- **8.17.** Os lances deverão ficar adstritos à redução dos preços, não se admitindo ofertas destinadas a alterar outros elementos da proposta escrita.
- **8.18.** Quando convidado a ofertar seu lance, o representante do licitante poderá requerer tempo, para analisar seus custos ou para consultar terceiros, podendo, para tanto valer-se de telefone celular. O tempo concedido não poderá exceder 3 (três) minutos.
- **8.19.** O Pregoeiro deverá registrar os lances ofertados, sendo permitido o uso de meios eletrônicos de gravação.
- **8.20.** Quando for obtido o menor preço possível para o item, a etapa de lances será concluída.
- **8.21.** Declarada encerrada a fase de lances, o Pregoeiro procederá à classificação dos licitantes, considerando os valores lançados, e examinará a aceitabilidade da menor proposta, quanto ao objeto e ao preço, decidindo motivadamente a respeito.
- **8.22.** Se a proposta do primeiro classificado for aceita, o Pregoeiro deverá abrir o respectivo envelope de documentação com o fim de confirmar as condições habilitatórias, consoante às exigências deste Edital.
- **8.23.** Constatado o atendimento das exigências habilitatórias o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- **8.24.** Se a oferta de menor preço não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente. O Pregoeiro continuará semelhante procedimento seguindo a ordem de classificação, até encontrar uma proposta que atenda a este Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.
- **8.25.** Nas situações previstas nos subitens 8.15, 8.20 e 8.23, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente, para que seja obtido preço melhor.
- **8.26.** A adjudicação imediata do objeto ao vencedor somente será feita pelo Pregoeiro se não houver manifestações recursais.
- **8.27.** A adjudicação do objeto ao vencedor não produz o efeito liberatório dos demais licitantes classificados, que somente se desvincularão e terão sua documentação habilitatória devolvida após a assinatura do contrato pelo adjudicatário.
 - 8.28. Após a adjudicação, caberá à autoridade superior homologar o procedimento.

9 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DOS RECURSOS

9.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão até 02 (dois) dias úteis anteriores ao dia do certame.



- **9.2.** A apresentação de impugnação contra o presente edital será protocolada na repartição desta prefeitura e será processada e julgada no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
- **9.3.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será o mesmo republicado, caso importe em modificação das propostas, e designada nova data para a realização do certame.
- **9.4.** Os recursos sobre os procedimentos de análise de proposta e documentos de habilitação deverão ser interpostos imediatamente na sessão, devendo o interessado indicar o(s) ato(s) atacado(s) e a síntese das suas razões (motivação), que serão registrados em ata, sob pena de decadência de seu direito.
- **9.5.** O Pregoeiro indeferirá liminarmente recursos intempestivos, imotivados ou propostos por quem não possua poderes, devendo tal decisão ser consignada em ata.
- **9.6.** Interposto o recurso e apresentada sua motivação sucinta na sessão, o licitante poderá juntar no prazo de 03 (três) dias úteis razões recursais, contendo razões que reforcem os fundamentos iniciais. Não será permitida nas razões recursais a extensão do recurso a atos não impugnados.
- **9.7.** Os demais licitantes ficam intimados na própria sessão e poderão apresentar suas contrarrazões no mesmo lapso do item anterior, contado do encerramento do prazo do recorrente.
 - **9.8.** O recurso contra ato do Pregoeiro terá efeito suspensivo.
- **9.9.** A falta de manifestação recursal imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.
- **9.10.** Preenchidas as condições de admissibilidade, o recurso será processado da seguinte forma:
- I O Pregoeiro aguardará os prazos destinados à apresentação das razões recursais e contrarrazões;
- II Encerrados os prazos, o Pregoeiro irá analisar o recurso, suas razões e contrarrazões, podendo reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo fazê-lo subir para a autoridade superior devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso.
- **9.11.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **9.12.** As razões dos recursos e contrarrazões deverão dar entrada no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/MG.
- **9.13.** Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede do Município, no endereço supracitado.
- **9.14.** Decididos os recursos, a autoridade competente adjudicará e homologará para determinar a contratação.

10 - DO PREGOEIRO

- **10.1.** Compete ao Pregoeiro a condução do certame, em todas as suas etapas, incumbindo-lhe os atos decisórios de cada fase.
- **10.2.** O Pregoeiro exercerá o Poder de Polícia, podendo determinar a abstenção de qualquer ato que embarace o procedimento, pedir silêncio e determinar a saída de pessoas (licitantes, representantes ou interessados), quando de postura inadequada e abusiva.
- **10.3.** O Pregoeiro será auxiliado pela equipe de apoio em todas as etapas do procedimento licitatório.

11 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- **11.1.** A adjudicação em favor da licitante vencedora será feita pelo Pregoeiro no final da sessão e registrada em ata.
- **11.2.** Quando houver a participação do Microempresas (ME) ou das Empresas de Pequeno Porte (EPP), será observado o disposto na Lei Complementar 123/2006.



- **11.3.** Em havendo recurso submetido à autoridade superior competente, na forma do subitem 9.10 deste edital, a adjudicação será feita pela Autoridade Superior.
- **11.4.** A homologação em favor da licitante adjudicada nesta licitação será feita pela Autoridade Competente, após recebimento do processo concluído pelo Pregoeiro.

12 – CONDIÇÕES GERAIS PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **12.1.** Homologada a licitação, a Administração convocará por escrito o adjudicatário para no prazo de 5 (cinco) dias após a publicação da homologação, assinar o contrato que obedecerá ao disposto neste Edital e legislação vigente.
- **12.2.** A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o contrato, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal 8.666/93.
- **12.3.** Decorrido o prazo do item 12.1, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura da Ata, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:
 - I Multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta.
- II Impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- **12.4.** A multa de que trata o item 12.3 deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- **12.5.** A vigência da Ata de Registro de Preços será de <u>12 (doze) meses</u> contados da sua assinatura.

13 – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- **13.1.** O objeto deverá ser entregue estritamente de acordo com as especificações descritas, reservando-se a Secretaria solicitante, através dos responsáveis, o direito de não receber o produto, caso o mesmo não se encontre em condições satisfatórias.
 - **13.2.** Todo material deverá ser entregue novo e embalado.
- **13.3.** Caso o produto seja entregue em desacordo com os requisitos estabelecidos pelo edital, ou em quantidade inferior ao estabelecido, a empresa deverá substituí-lo no máximo 03 (três) dias úteis após a data do recebimento a recusa do produto.
- **13.4.** Será de inteira responsabilidade do fornecedor a substituição dos produtos quando constatado no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações contidas no edital.
- **13.5.** O objeto desta licitação deverá ser entregue parceladamente de acordo com a Ordem de fornecimento que poderá ser enviada por e-mail, no almoxarifado da Prefeitura Municipal, endereço: Rua João de Amorim nº 121, Centro, Antônio Carlos/MG, CEP: 36.220-000, de segunda a sexta-feira (dias úteis), das 08:00 ás 16:00 horas.
- **13.6.** Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação correrão por conta da contratada.
- **13.7.** O prazo de entrega dos produtos solicitados deverá ser de 05 (cinco) dias após recebimento da Ordem do Fornecimento ou documento equivalente.

14 – DAS OBRIGAÇÕES

- **14.1.** A Fornecedora obrigar-se-á:
- **14.1.1.** Executar a Ata de Registro de Preços em estrita conformidade com as disposições deste edital e seus anexos e com os termos da proposta de preços.
 - **14.1.2.** Realizar os procedimentos, obedecendo rigorosamente o descrito no edital.



- **14.1.3.** Manter durante a execução da ARP em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **14.1.4.** Arcar com as despesas decorrentes de serviços de terceiros que lhe sejam particularmente prestados, tais como profissionais, pessoal, obrigações sociais e trabalhistas, transporte, tributos, frete, carregamento e descarregamento, alimentação, estadia, entre outros.
- **14.1.5.** Responsabilizar-se por danos causados diretamente a DETENTORA DA ATA ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, promovidos por si ou por terceiro sob seu mando ou responsabilidade, na utilização dos serviços.
- **14.1.6.** Comunicar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, as impossibilidades de atendimento, salvo as motivadas por força maior, que serão justificadas por relatórios.
- **14.1.7.** Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão do seu pessoal durante a execução da ARP.
 - 14.2. O Município de Antônio Carlos obrigar-se-á:
 - **14.2.1.** Efetuar o pagamento na forma pactuada neste instrumento.
- **14.2.2.** Comunicar imediatamente à contratada qualquer irregularidade manifestada na execução da ARP.
 - **14.2.3.** Supervisionar a execução do contrato nos termos pactuados.
- **14.2.4.** Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante contratada, bem como, para que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **14.2.5.** Comunicar imediatamente a ciência do fato, qualquer descumprimento das cláusulas contratuais.
- **14.2.6.** Conferir e atestar as notas fiscais, e posteriormente encaminhar para autorizar o pagamento.
- **14.2.7.** Durante a vigência da ARP, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo(a) servidor(a) de cada Secretaria solicitante, podendo ser substituído(a) ou auxiliado(a) por servidor(a) formalmente designado por aquele(a) titular, que deverá atestar o padrão de conformidade e tomar as demais providências relativas ao andamento da ARP.

15 – DA RESCISÃO

A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser rescindida em virtude dos motivos estabelecidos no art. 78 da lei n° 8.666/93, compatíveis com o objeto contratado.

16 – DO PAGAMENTO

- 16.1. O valor médio definido para o presente processo licitatório é de R\$ 42.799,94 (quarenta e dois mil setecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).
- **16.2.** Os pagamentos ficam condicionados à entrega dos produtos e ao recebimento pelo Município das respectivas notas fiscais, após conferência do setor responsável com seu devido ateste, conforme as OF's Ordens de Fornecimento, e serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega das notas fiscais.
- **16.3.** Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, será contado prazo de pagamento a data da sua reapresentação.
- **16.4.** O pagamento estará condicionado à apresentação da certidão de regularidade dos Encargos Previdenciários, conforme disposto no parágrafo segundo do Artigo 71 da Lei 8.666/93.
 - **16.5.** Todos os pagamentos serão efetuados na sede do município.
- **16.6.** A nota fiscal deverá discriminar todas as especificações do produto, bem como a licitação originária.
- **16.7.** Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.
 - **16.8.** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.



17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **17.1.** Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela Ordem de Compras (OC), sujeitará a contratada, às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais se destacam:
 - I Advertência;
- II Multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor da Ordem de Compras, por dia de atraso injustificado na execução da mesma observada o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- III Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da Ordem de Compras, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-la;
- IV Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, no prazo de até 02 (dois) anos;
- V Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado a detentora da Ata o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.
- **17.2.** Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal.
- **17.3.** Da aplicação das penas definidas nas alíneas "I", "IV" e "V", do item 16.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.
- **17.4.** O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido à Prefeitura Municipal, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- **17.5.** A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

18 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **18.1.** É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- **18.2.** Fica assegurado ao município o direito de no interesse da Administração anular ou revogar a qualquer tempo no todo ou em parte esta licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.
- **18.3.** As proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o município não será em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- **18.4.** As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- **18.5.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no município.
- **18.6.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.
- **18.7.** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.
- 18.8. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação deste Edital e seus Anexos, serão atendidos pelo Pregoeiro no horário das



07:00h às 13:00h, na sede do município a Rua João Amorim, nº 160, Bairro Centro, fone/fax (32) 3346-1255.

- **18.9.** Durante a vigência da ARP, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo(a) servidor(a) de cada Secretaria solicitante, podendo ser substituído(a) ou auxiliado(a) por servidor(a) formalmente designado por aquele(a) titular, que deverá atestar o padrão de conformidade e tomar as demais providências relativas ao andamento da ARP.
- **18.9.** Este Edital se completa com as regras e princípios da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93.
 - **18.10.** Este edital contém os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Credenciamento:

Anexo III – Modelo de declaração de cumprimento de requisitos de habilitação, conforme art. 4°, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520/2002;

Anexo IV - Modelo de declaração M.E./E.P.P;

Anexo V – Modelo de proposta comercial;

Anexo VI - Modelo de declarações diversas;

Anexo VII - Minuta da Ata de Registro de Preços;

18.11. Fica estabelecido o Foro da Comarca de Barbacena, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

Antônio Carlos, 28 de setembro de 2023.

Marcelo Ribeiro da Silva Prefeito Municipal



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

QUALIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Educação. RESPONSÁVEL POR ESTE TERMO: Sônia Maria Camargo

CARGO/FUNÇÃO: Secretária Municipal de Educação

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DESTE TERMO: Érika Cristina Antunes Souza

LOTAÇÃO: Compras

DESCRIÇÃO DO OBJETO

O objeto desta licitação é o registro de preços para futuro e eventual aquisição de materiais de prevenção de incêndio, placas, extintor e luminária de emergência, pelo período de 12 (doze) meses.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A referida contratação se justificativa em função da necessidade dos materiais serem indispensáveis para garantir a integridade física dos usuários do serviço público, evitando os danos advindos de eventuais acidentes, incêndios, além de atender as normas legais e administrativas que regem o assunto.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS BENS/ ESTIMATIVA DE PREÇOS

Item	Especificação	Quant.	Valor Médio
01	Extintor de incêndio portátil novo com carga de pó químico, classe ABC. Pintura eletrostática a pó epoxi vermelho. Capacidade 6Kg (4A-40-BC).	60	R\$ 178,33
02	Extintor de incêndio tipo pó químico 2-A:20-B:C, capacidade 6Kg.	100	R\$ 165,00
03	Luminária de emergência autônoma, tipo led potência total de 2W.	150	R\$ 16,66
04	Placa fotoluminescente para sinalização de emergência, tipo "E5", dimensão 300x300 mm.	100	R\$ 10,66
05	Placa fotoluminescente para sinalização de emergência, tipo "M1", dimensão 400x450 mm.	100	R\$ 58,33
06	Placa fotoluminescente para sinalização de emergência, tipo "M7", dimensão 120x240 mm.	100	R\$ 15,33
07	Placa fotoluminescente para sinalização de emergência, tipo "S12", dimensão 380x190 mm.	100	R\$ 11,66
08	Placa fotoluminescente para sinalização de emergência, tipo "S2", dimensão 380x190 mm.	100	R\$ 11,66
09	Placa fotoluminescente para sinalização de emergência, tipo "S3", dimensão 380x190 mm.	100	R\$ 11,66
10	Placa fotoluminescente para sinalização de emergência, tipo "S9", dimensão 380x190 mm.	100	R\$ 11,66

CRITERIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

O objeto a que se refere este Termo de Referência deve ser entregue estritamente de acordo com as especificações aqui descritas, reservando-se a Secretaria solicitante, através dos responsáveis, o direito de não receber o produto, caso o mesmo não se encontre em condições satisfatórias;

Todo material deverá ser entregue novo e embalado;



Caso o produto seja entregue em desacordo com os requisitos estabelecidos pelo edital, ou em quantidade inferior ao estabelecido, a empresa deverá substituí-lo no máximo 03 (três) dias úteis após a data do recebimento a recusa do produto.

Será de inteira responsabilidade do fornecedor a substituição dos produtos quando constatado no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações contidas no edital;

DECLARAÇÃO DE QUE HÁ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA.

02.002.000 04.122.0402 2.320 manutenção das atividades administrativas

02.003.001 12.361.1203 1.326 manutenção ensino fundamental

02.003.002 12.365.1201 2.162 manutenção das atividades ensino infantil

02.003.010 12.122.0402 2.324 manutenção da secretaria de educação

02.005.000 08.244.2704 2.346 manutenção do CRAS

02.008.000 13.122.0402 2.258 manutenção geral da secretaria

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

O objeto desta licitação deverá ser entregue parceladamente de acordo com a Ordem de fornecimento que poderá ser enviada por e-mail, no almoxarifado da Prefeitura Municipal, endereço: Rua João de Amorim nº 121, Centro, Antônio Carlos/MG, CEP: 36.220-000, de segunda a sexta-feira (dias úteis), das 08:00 ás 16:00 horas;

Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação correrão por conta da contratada;

O prazo de entrega dos produtos solicitados deverá ser de 05 (cinco) dias após recebimento da Ordem do Fornecimento ou documento equivalente.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cumprir todas as obrigações constantes no edital;

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo de referência o produto com avarias ou defeitos;

Substituir os produtos que apresentarem qualquer incompatibilidade com o especificado/solicitado no edital em 03 (três) dias úteis para não causar desassistência nos setores e prejudicar o processo de trabalho.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Supervisionar a execução do contrato;

Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pelos empregados do CONTRATADO;

Conferir os pedidos no ato do recebimento:

Emitir as Autorizações de Fornecimento;

Efetuar o pagamento ao CONTRATADO de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste contrato.

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo servidor de cada secretaria designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE realizará o pagamento no prazo de em até 30 (trinta) dias após a entrega efetiva dos produtos ou prestação dos serviços sendo que a mesma deverá ser sempre acompanhada da respectiva da nota fiscal.



VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência da presente ata é a partir de sua assinatura e término em 12 meses.

DA DECLARAÇÃO

Declaro que sou o responsável pela elaboração deste termo de referência.

Sônia Maria Camargo Secretário Municipal de Educação CPF: 056.168.846-00

Adilson Antônio de Oliveira Secretário Municipal de Fazenda e Administração CPF: 905.768.106-49

DA APROVAÇÃO

Aprovo o presente termo de referência bem como estou de acordo com todas as informações nele contidas.

Marcelo Ribeiro da Silva Prefeito Municipal CPF: 034.780.476-41



ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

TIMBRE DA EMPRESA PARTICIPANTE

PROCESSO Nº 087/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2023

MODELO CARTA CREDENCIAL PARA ACOMPANHAR A ABERTURA DAS PROPOSTAS

PROPONENTELOCAL E DATA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS - MG
Designação,
O abaixo assinado,, Carteira de Identidade n , na qualidade de responsável legal pela empresa , CNPJ nº, vêm pela
presente informar a V. Sª. que o (a) Sr.(a), Carteira de Identidade nº, é pessoa credenciada para acompanhar a sessão de abertura da Proposta de Preços, participar da fase de lances bem como dos demais atos inerentes ao certame, em especial poder de renuncia ao direito de interposição de Recurso.
Atenciosamente,
Nome e Assinatura do Responsável Legal pela PROPONENTE.



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS NOS TERMOS DO ART. 4º, VII LEI Nº 10.520/02.

TIMBRE DA EMPRESA PARTICIPANTE		
PROCESSO Nº 087/2023	PREGÃO PRE	ESENCIAL Nº 046/2023
O representante leg	atório sob a modalidade ra Municipal de Antônio Car npre plenamente os requisit	nº, bairro , na qualidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº los/MG, declara para fins de os de habilitação exigidos no
Local,	(data)	
Assina	atura do Responsável Legal.	



ANEXO IV

PROCESSO Nº 087/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2023

MODELO DE DECLARAÇÃO SOMENTE PARA

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS e MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

(NOMEDA EMPRE	:SA)	,
	, com sede (endereço completo), por interméd	lio
de seu representante leg	al, para fins do Pregão Presencial nº 046/2023 , DECLAF	ŀΑ
expressamente, sob as per	nalidade cabíveis, que:	
•	ada como empresa de Micro e Pequeno Porte ou Mic nos termos do art. 3º da Lei Complementar 123/2006;	ro
obrigatoriedade de declara	Artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006, estando ciente de la complementar 123/2006, estando ciente de la complementar 123/2006.	
	de	
_	(assinatura do representante legal)	
Cargo ou carimbo do decla Nº da cédula de identidade	rante: rante: :: contato:	

^{*}Esta declaração deverá ser entregue fora dos envelopes e por ocasião do credenciamento.



ANEXO V

1				
	TIMBRE DA EMPRESA PA	RTICIPANTE		
	PROCESSO Nº 087/2023 PRE	GÃO PRESEN	ICIAL Nº 046	/2023
	MODELO DE PROP	OSTA		
ENDE TEL/F DADO	ÁO SOCIAL DO PROPONENTE: J: EREÇO: FAX: OS BANCÁRIOS: DADE DA PROPOSTA: 60 DIAS			_
Item	Especificação	Marca	Quant./Unid.	Valor Unit.
	* Idem para os demais itens.			
espe	Declaramos que aceitamos e estamos de cificações, valores, quantidades, etc. estabelecid			condições,
	Carimbo da empresa/ Assinatu	a do respons	ável	



ANEXO VI

TIMBRE DA EMPRESA P	'ARTICIPANTE
---------------------	--------------

MODELODE DECLARAÇÕES DIVERSAS

F	PROCESSO Nº 087/2023	PREGAO PRESENCIAL Nº 046/2023
Empre	esa,	inscrita no CNPJ nº, por
interm	édio de seu representante legal, o Sr	portador da
Cartei	ra de Identidade nº e do 0	CPF nº, DECLARA sob as penas
da lei:		
a)	ATENDIMENTO AO ART. 27, INCISO V	DA LEI 8666/93, acrescido pela Lei 9854, de
	27 de outubro de 1999, que não emprega	menor de dezoito anos em trabalho noturno,
	perigoso ou insalubre e não emprega me	nor de dezesseis anos;
b)	INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO P	ARA HABILITAÇÃO: que até a presente data
	inexiste(m) fato(s) impeditivo(s) para habi	litação, estando ciente da obrigatoriedade de
	declarar ocorrências posteriores;	
c)	CONHECIMENTO DO INSTRUMENTO	CONVOCATÓRIO: ter recebido todos os
	documentos e informações, conhecer e	acatar as condições para cumprimento das
	obrigações objeto da Licitação;	
	Local e	data
	(Nome- Identidade – CPF	/CNPJ do declarante)
	(10.110 1001110000 011	, c o do doddiano,

OBS: A presente declaração deverá ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.



ANEXO VII

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **Município de Antônio Carlos/MG**, com sede na Rua João de Amorim nº 160, Centro, CEP 36.220-000, inscrito no CNPJ 18.094.763/0001-04, em conformidade com os preceitos da Lei Federal n° 8.666/93 e modificações posteriores, a Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006, e lei n° 9.648 de maio de 1988, referente ao processo licitatório n° 087/2023 — Pregão Presencial n° 046/2023, **RESOLVE REGISTRAR PREÇOS** para futuro e eventual aquisição de materiais de prevenção a incêndio, placas, extintor e luminária de emergência para serem usados e instalados em diversas instalações administrativas e operacionais da prefeitura de Antônio Carlos, pelo período de 12 (doze) meses, em atendimento a administração municipal de Antônio Carlos a contar da assinatura desta.

EMPRESA CLASSIFICADA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

REPRESENTANTE LEGAL:

CLÁUSULA 1ª – DO PAGAMENTO

- **1.1.** Os pagamentos ficam condicionados à entrega dos produtos e ao recebimento pelo Município das respectivas notas fiscais, após conferência do setor responsável com seu devido ateste, conforme as OF's Ordens de Fornecimento, e serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega das notas fiscais.
- **1.2.** Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, será contado prazo de pagamento a data da sua reapresentação.
- **1.3.** O pagamento estará condicionado à apresentação da certidão de regularidade dos Encargos Previdenciários, conforme disposto no parágrafo segundo do Artigo 71 da Lei 8.666/93.
- **1.4.** Todos os pagamentos serão efetuados na sede do município.
- **1.5.** A nota fiscal deverá discriminar todas as especificações do produto, bem como a licitação originária.
- **1.6.** Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.
- **1.7.** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

CLÁUSULA 2ª – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- **2.1.** O objeto deverá ser entregue estritamente de acordo com as especificações descritas, reservando-se a Secretaria solicitante, através dos responsáveis, o direito de não receber o produto, caso o mesmo não se encontre em condições satisfatórias.
- 2.2. Todo material deverá ser entregue novo e embalado.
- **2.3.** Caso o produto seja entregue em desacordo com os requisitos estabelecidos pelo edital, ou em quantidade inferior ao estabelecido, a empresa deverá substituí-lo no máximo 03 (três) dias úteis após a data do recebimento a recusa do produto.
- **2.4.** Será de inteira responsabilidade do fornecedor a substituição dos produtos quando constatado no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações contidas no edital.
- **2.5.** O objeto desta licitação deverá ser entregue parceladamente de acordo com a Ordem de fornecimento que poderá ser enviada por e-mail, no almoxarifado da Prefeitura Municipal, endereço: Rua João de Amorim nº 121, Centro, Antônio Carlos/MG, CEP: 36.220-000, de segunda a sexta-feira (dias úteis), das 08:00 ás 16:00 horas.



- **2.6.** Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação correrão por conta da contratada.
- **2.7.** O prazo de entrega dos produtos solicitados deverá ser de 05 (cinco) dias após recebimento da Ordem do Fornecimento ou documento equivalente.

CLÁUSULA 3ª - DAS OBRIGAÇÕES

- **3.1.** O FORNECEDOR obrigar-se-á:
- **3.1.1.** Executar a Ata de Registro de Preços em estrita conformidade com as disposições deste edital e seus anexos e com os termos da proposta de preços.
- **3.1.2.** Realizar os procedimentos, obedecendo rigorosamente o descrito no edital.
- **3.1.3.** Manter durante a execução da ARP em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **3.1.4.** Arcar com as despesas decorrentes de serviços de terceiros que lhe sejam particularmente prestados, tais como profissionais, pessoal, obrigações sociais e trabalhistas, transporte, tributos, frete, carregamento e descarregamento, alimentação, estadia, entre outros.
- **3.1.5.** Responsabilizar-se por danos causados diretamente a DETENTORA DA ATA ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, promovidos por si ou por terceiro sob seu mando ou responsabilidade, na utilização dos serviços.
- **3.1.6.** Comunicar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, as impossibilidades de atendimento, salvo as motivadas por força maior, que serão justificadas por relatórios.
- **3.1.7.** Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão do seu pessoal durante a execução da ARP.
- 3.2. O Município de Antônio Carlos obrigar-se-á:
- **3.2.1.** Efetuar o pagamento na forma pactuada neste instrumento.
- **3.2.2.** Comunicar imediatamente à contratada qualquer irregularidade manifestada na execução da Ata.
- **3.2.3.** Supervisionar a execução da ata nos termos pactuados.
- **3.2.4.** Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante contratada, bem como, para que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **3.2.5.** Comunicar imediatamente a ciência do fato, qualquer descumprimento das cláusulas contratuais.
- **3.2.6.** Conferir e atestar as notas fiscais, e posteriormente encaminhar para autorizar o pagamento.
- **3.2.7.** Durante a vigência da ARP, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo(a) titular da Secretaria Municipal de Obras, podendo ser substituído(a) ou auxiliado(a) por servidor(a) formalmente designado por aquele(a) titular.

CLÁUSULA 4ª – DA RESCISÃO

- **4.1.** O presente Instrumento poderá ser rescindido nos seguintes casos:
- **4.1.1.** Descumprimento das Cláusulas edilícias estabelecidas;
- **4.1.2.** Cumprimento irregular das Cláusulas Contratuais estabelecidas;
- **4.1.3.** Paralisação no fornecimento sem justa causa;
- **4.1.4.** Decretação de falência ou o pedido de concordata;
- **4.1.5.** Alteração da razão social com modificação de finalidade ou estrutura de atendimento pertinente do fornecedor, que a juízo do Município, prejudique o fornecimento das cestas básicas:
- **4.1.6.** Por razões justificadas que afetam o interesse público;
- **4.1.7.** Por qualquer uma das partes, desde que haja comunicação prévia, protocolada pela parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA 5ª – DAS PENALIDADES



- **5.1.** O não cumprimento das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços está sujeito às seguintes penalidades:
- **5.1.1.** Advertência:
- **5.1.2.** Multa gradual conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor global da Ata de Registro de Preços, acumulável com as demais sanções;
- **5.1.3.** Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos e;
- **5.1.4.** Declaração de idoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA 62 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos para fazer face às despesas correrão por conta das dotações orçamentárias abaixo: 02.002.000 04.122.0402 2.320 manutenção das atividades administrativas 02.003.001 12.361.1203 1.326 manutenção ensino fundamental 02.003.002 12.365.1201 2.162 manutenção das atividades ensino infantil 02.003.010 12.122.0402 2.324 manutenção da secretaria de educação 02.005.000 08.244.2704 2.346 manutenção do CRAS 02.008.000 13.122.0402 2.258 manutenção geral da secretaria

CLÁUSULA 7º – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente instrumento não poderá ser objeto da cessão ou transferência no todo ou em parte.

CLÁUSULA 8ª – DO FORO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência do Processo Licitatório nº 087/2023 – Pregão Presencial nº 046/2023 e, para todas as questões oriundas deste fica eleito o Foro da Comarca de Barbacena/MG, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

E, por estarem assim, Município e Fornecedor de acordo com o disposto neste Instrumento, assinam o presente em 03 (três) vias de igual forma e teor.

Antônio Carlos/MG, de	de 2023.
Marcelo Ribeiro da Silva Prefeito Municipal	Representante Legal
Testemunhas:	
Nome: CPF:	Nome: CPF: